



ABUSOS SEXUAIS

Igreja investiga padre em Setúbal

Cinco jovens fizeram queixa ao bispo de Setúbal em 2008. Acusam um padre de os ter assediado sexualmente

HUGO FRANCO

Um padre de uma pequena paróquia nos arredores de Setúbal é acusado por cinco rapazes de os ter assediado sexualmente em 2008. Os menores, então com idades entre os 14 e os 17 anos, decidiram, na altura, queixar-se pessoalmente ao bispo da diocese, D. Gilberto Reis.

Os casos terão ocorrido durante esse ano e só não tiveram consequências mais graves porque os jovens, alguns deles escuteiros e catequistas dessa paróquia, “repeliram de imediato o padre”, explica a mãe de uma das alegadas vítimas, que diz ter acompanhado os menores à casa do bispo. D. Gilberto Reis, não comenta “pessoas, nomes, bem como circunstâncias processuais em concreto”. E o chanceler da Cúria Diocesana de Setúbal, padre António Marques, diz ter “a obrigação de sigilo”.

Mas uma fonte oficial da diocese confirma que há um processo a decorrer envolvendo um padre de Setúbal, “instaurado na sequência de queixas”, não especificando o número de queixosos, nem dados mais concretos sobre as denúncias ou a identidade do sacerdote suspeito. A mesma fonte garante que D. Gilberto Reis “ouviu os queixosos” e “mandou instaurar imediatamente um processo de averiguação”, seguindo “escrupulosamente” as diretrizes do Direito Canónico.

mente” as diretrizes do Direito Canónico.

Estas regras preveem o “aconselhamento da vítima ou denunciante a promover a participação imediata dos factos às autoridades civis”. O advogado Ricardo Sá Fernandes lembra que, segundo o Código Penal, “a Igreja não tem a obrigação legal de participar as denúncias ao Ministério Público”. Acrescenta, no entanto que, “uma vez que se trata de um crime público de relevância social”, os responsáveis eclesiais “têm a obrigação moral” de o fazer. Se o MP tomar conhecimento destas queixas, “terá de abrir um inquérito.” O crime de importunação sexual é punível com três anos de prisão.

Os rapazes optaram por não fazer queixa ao MP por “receio de se exporem”. Alguns deles nem aos pais quiseram revelar o caso, “por vergonha”, acrescenta a mãe em causa.

Embora a Igreja não o confirme oficialmente, o padre, que tem cerca de 40 anos e cuja identidade o Expresso opta por não revelar, foi afastado da paróquia pouco tempo depois destas denúncias. O pároco que lhe sucedeu, nesse ano, revela que foi informado que o seu antecessor “estava em Espanha a cumprir um ano sabático”. Garante nunca ter conhecido as razões que terão levado o padre a sair do país e quando ele regressou não falaram sobre o assunto.

O padre suspeito acabaria por regressar à vida pastoral, como colaborador numa outra paróquia do distrito e pôde voltar a celebrar missa. “Como medida cautelar, não terá nenhuma nomeação (pároco ou capelão) até ser conhecido o desfecho do caso. Mas um padre tem sempre um vínculo jurídico à sua diocese”, justifica a mesma fonte oficial, que acrescenta: “Temos o dever de presumir a inocência do acusado e de proteger os que o acusam.” No pior dos cenários, o sacerdote suspeito pode vir a ser demitido compulsivamente. “A provarem-se os fac-

tos, trata-se de um delito gravíssimo. Seria a primeira vez que algo do género aconteceria em Setúbal”, reconhece a fonte.

Apesar de várias tentativas, o Expresso não conseguiu entrar em contacto com o padre. Uma funcionária da paróquia garante que ele só lá vai “ocasionalmente”, não dispo de meios para o contactar. Já o pároco respetivo remeteu o assunto para os canais oficiais da diocese.

Mãe era amiga do padre

Foi “especialmente complicada” a gestão do caso para a mãe de uma das alegadas vítimas, que também prefere manter o anonimato. Esta, confessa que era “amiga” do padre, que considerava ainda “um dos melhores” que já passaram pela paróquia.

De início, nem queria acreditar nas palavras dos cinco jovens que se reuniram em casa dela para lhe revelarem os pormenores do assédio. “Não posso nem devo contar os detalhes. Os miúdos confiaram em mim.” No final da conversa, deu-lhes um conselho: “Que deixassem passar uns dias, para meditem sobre o assunto e nas consequências que teriam os seus atos. Mas ele tinham vontade de resolver tudo o mais rapidamente possível e acabámos por ir falar com o bispo de Setúbal.”

Nunca mais falaram abertamente sobre o assunto. E na fre-

guesia só um núcleo restrito de pessoas tem conhecimento do caso. “Sei que um dos rapazes ainda está muito traumatizado. E não perdoo ao padre.”

A Rede de Cuidadores, organização de prevenção de fenómenos de pedofilia, e que em dezembro alertou as autoridades para casos na diocese de Lisboa — investigados e arquivados pelo DIAP — foi avisada do caso de Setúbal há alguns meses. “Tivemos a informação de crianças que terão sido sexualmente assediadas de modo ativo, levando a denúncia diretamente ao paço episcopal de Setúbal”, revela o psiquiatra Álvaro Carvalho, presidente da Rede.

Este dirigente critica o modo como a Igreja enfrenta o problema: “O Prelado terá começado por tomar uma atitude correta, retirando o sacerdote de funções diretas com crianças. Contudo, manteve o caso em ‘investigação’, forma eufemística para designar uma não tomada de posição, ao não apresentar queixa ao MP, a pretexto de respeitar os direitos de reabilitação de um ofensor, não tendo atitude igual em relação aos ofendidos.”

Mas acredita que a situação poderá ser resolvida de forma diferente: “A atitude conhecida do futuro patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, na gestão de casos idênticos deixa-nos esperançosos.”

hfranco@expresso.imprensa.pt

Novo patriarca, novo estilo

O novo patriarca de Lisboa, que entra em funções a 7 de julho, comentou as queixas de abusos sexuais na Igreja, no dia seguinte à nomeação. “Trata-se sempre de pessoas, em primeiro lugar das vítimas, e de agressores que, muitas vezes, também já foram vítimas. São pessoas e por isso nunca são casos que se resolvam rapidamente. Há casos que levam uma vida inteira a resolver”, afirmou D. Manuel Clemente a 19 de maio, após a celebração do Dia de Pentecostes, na Sé do Porto. Para o sucessor de D. José Policarpo, estes casos têm de ser esclarecidos: “São casos que, assim que aparecerem, têm de ser verificados e acompanhados. Estão previstos uma série de procedimentos, quer dentro da Igreja quer na ordem civil. Nós, como cidadãos e pessoas da Igreja, temos de respeitar o que está previsto e andar com estes casos para a frente.” Alertou para a necessidade de terem de ser tratados “com muito cuidado”, por estar em causa “a realidade mais sensível, que é a realidade humana.”

CASO DO FUNDÃO

19

crimes: sete de abuso sexual de menores dependentes, 11 de abuso sexual de crianças e um crime de coação sexual. Segundo a acusação do MP do Fundão, o padre Luís Miguel Mendes, vice-reitor do Seminário Menor do Fundão, abusou de, pelo menos, cinco menores. O sacerdote foi detido em dezembro